

DÉDA DENUNCIA PRESIDENTE DO PSDB-SE

"A Utilização Eleitoral da TELERGIPE é Crime !"

Discurso Proferido na Câmara dos Deputados no dia 05 de março de 1996

Senhor. Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Uma das características fundamentais do Estado Democrático é sua total desvinculação dos interesses privados. O Estado, seus órgãos e suas empresas devem ser instrumentos a serviço do conjunto da sociedade e não se aceita, nos tempos modernos, a prática patrimonialista como marca de manipulação do aparelho estatal.

Recentemente a imprensa brasileira divulgou pronunciamentos de vários líderes políticos desta Casa, especialmente de parlamentares ligados ao PMDB, que manifestavam preocupações com a participação de ministros no pleito eleitoral e registravam que essa participação poderia muito facilmente descambar para a utilização da máquina administrativa.

Sr. presidente, aquilo que era preocupação e suspeita infelizmente tomou feições de fato político, nas últimas semanas, no Estado de Sergipe, com o posicionamento do presidente de uma estatal vinculada ao Ministério das Telecomunicações, a empresa de telecomunicações de Sergipe, a TELERGIPE. A citada empresa é dirigida pelo ex-deputado Acival Gomes, membro do PSDB, indicado pelo Sr. Ministro Sérgio Motta.

O ex-deputado Acival Gomes acaba de ser reeleito presidente do PSDB. No momento em que teve de acumular a função de presidente da TELERGIPE com a de presidente do PSDB, S. Exa. demonstrou que guarda, como prática política, as regras do patrimonialismo.

Publicamente, em entrevista concedida a Rádio Progresso, na cidade de Lagarto, o ex-deputado afirmou, com todas as letras, que iria utilizar a empresa de telecomunicações de Sergipe, do grupo TELEBRÁS, como instrumento para promoção política dos aliados do PSDB. Em entrevista publicada pelo jornal "Folha de São Paulo", na última sexta-feira, o Sr. Acival Gomes comete gesto de extremo provincianismo e demonstra que para colocar a máquina da TELERGIPE a serviço do PSDB é capaz de imiscuir-se até em uma disputa de associação de moradores de um povoado no município de Lagarto. Justifica-se dizendo que não terá nenhum freio, pejo ao utilizar as ações administrativas da TELERGIPE com vistas a beneficiar os aliados do presidente FERNANDO HENRIQUE CARDOSO e do governador ALBANO DO PRADO FRANCO. Questiona, no ar, a opinião pública sergipana dizendo: " Vocês esperavam que eu fizesse o

que ? Que me preocupasse com quem votou em Lula e em Jackson Barreto ?"

Ora, senhor Presidente, a TELERGIPE é mantida pelos assinantes que pagam as suas tarifas e que, ao aderirem aos planos de expansão transformam-se em acionistas daquela estatal. Os recursos que o Sr. Acival Gomes administra são públicos e sua utilização na construção de postos telefônicos e na expansão dos serviços de telefonia, tem de ter por objeto os planos de crescimento da empresa, a satisfação dos clientes e a satisfação da sociedade sergipana. Qualquer utilização desses instrumentos administrativos para beneficiar partidos ou grupos configura crime, conduta inaceitável que está a merecer uma posição firme do Sr. Ministro Sérgio Motta.

Ouvido pela "Folha de São Paulo", em matéria publicada no último sábado, o Ministro Sérgio Motta disse que iria tomar providências e que, se o Dr. Acival Gomes mantivesse aquela disposição de se utilizar da máquina administrativa, S. Exa. o iria demitir.

Ora, Sr. Presidente, até o momento, o Ministro Sérgio Motta não adotou qualquer medida que significasse uma referência para o conjunto do País, um balizamento para o resto do Brasil de que o Ministro não permitirá a utilização da máquina administrativa para beneficiar os aliados do PSDB. Até agora providência alguma foi tomada.

Pelo contrário, hoje o Presidente da TELERGIPE ocupa emissoras de rádio do Estado de Sergipe para fazer agressões ao Partido dos Trabalhadores, a este Deputado e ao Senador José Eduardo Dutra, e para reafirmar, com todas as letras, a sua disposição, de usar, de forma patrimonialista, os recursos do povo de Sergipe para beneficiar seus apadrinhados políticos e seus aliados nas eleições municipais.

Estamos marcando juntamente com o Senador José Eduardo Dutra, audiência com o Ministro Sérgio Motta. Levaremos as fitas gravadas com as entrevistas.

Providenciaremos, também, Sr. Presidente, perante a Procuradoria Geral da República, uma representação para que o Ministério Público abra imediato inquérito policial para averiguar esse tipo de conduta, ilícita, imoral e antiética.


Marcelo Déda
Dep. Federal / PT-SE